



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

DAS PARTES

A UNIÃO, apresentada nesse ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993, e o(s) devedor(es) abaixo qualificado(s):

1. Qualificação do devedor:

Nome	GAP - GUARARAPES ARTEFATOS DE PAPEL EIREL
CNPJ/CPF	61.779.930/0001-80
Endereço	AV GUSTAVO ADOLFO, 2785, VILA SABRINA, CEP 02209-001, EM SÃO PAULO/SP
Endereço eletrônico	

2. Qualificação do corresponsável:

Nome	
CNPJ/CPF	
Endereço	

representados por seu(s) advogado(s), com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional, na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria nº 9.917, de 14 de abril de 2020,

CONSIDERANDO a presunção de boa-fé do contribuinte e o princípio da concorrência leal;

CONSIDERANDO o estímulo à autorregulização e conformidade fiscal;

CONSIDERANDO que as partes devem cooperar mutuamente para a solução não litigiosa dos conflitos;



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

CONSIDERANDO o princípio da menor onerosidade dos instrumentos de cobrança e atendimento do interesse público;

CONSIDERANDO a adequação do acordo de transação apresentado à atual situação econômico-fiscal do devedor;

FIRMAM o presente termo de TRANSAÇÃO INDIVIDUAL, que tem como objeto os débitos, processos judiciais e respectivos juízos de tramitação (ANEXO I) e garantias (ANEXO II) relacionados nos anexos deste documento, por meio do qual fica acertado que:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª. A presente transação individual objetiva o equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União de forma a equilibrar os interesses da União (Fazenda Nacional) e do(s) devedor(es), visando o encerramento dos litígios judiciais e a quitação dos débitos.

§1º. São objeto do presente termo de transação individual os débitos, processos e garantias relacionados nos anexos deste documento.

§2º. O(s) devedor(es) concorda(m) com a inclusão de todas as inscrições elegíveis à transação, relacionadas no ANEXO I deste termo.

DO PRAZO PARA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

CLÁUSULA 2ª. O prazo para aceitação da proposta de transação individual pelo(s) devedor(es) é de 10 (dez) dias contados do recebimento da proposta formulada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, expedida via endereço eletrônico do procurador constituído.

PARÁGRAFO ÚNICO. Considera-se recebida a proposta quando o(s) devedor(es) confirmar o recebimento ou depois de decorridos 15 (quinze) dias do envio eletrônico.

DAS OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS DO DEVEDOR

CLÁUSULA 3ª. O(s) devedor(es) aceita(m) as condições da proposta de transação individual e assumem as seguintes obrigações:

- I - fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;
- II - não utilizar a transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
- III - renunciar a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil;

IV - manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

V - regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em dívida ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização do acordo de transação;

VI – declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;

VII – declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

VIII – declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiu informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores.

IX – manter a regularidade dos parcelamentos ora em vigor, inclusive após o recálculo das prestações decorrente de eventuais glosas de PJ e BCN.

CLÁUSULA 4ª. O(s) devedor(es), nos termos da presente proposta de transação individual, compromete(m)-se a atender as seguintes exigências:

	Efetuar o pagamento de entrada mínima, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
	Manter as garantias associadas aos débitos transacionados e/ou o oferecimento de garantias próprias ou de terceiros relacionadas no ANEXO II deste Termo;

CLÁUSULA 5ª. O(s) devedor(es) se compromete(m) a apresentar a relação dos bens particulares dos controladores, administradores, gestores e representantes legais do(s) devedor(es) e o respectivo instrumento, discriminando a data de sua aquisição, o seu valor atual estimado e a existência de algum ônus, encargo ou restrição de penhora ou alienação, legal ou convencional, neste último caso com a indicação da data de sua constituição e da pessoa a quem ele favorece.

CLÁUSULA 6ª. O(s) devedor(es) e responsáveis indicados no neste termo de transação declaram que não alienará(ão) bens ou direitos sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional.

DAS OBRIGAÇÕES DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

CLÁUSULA 7ª. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional obriga-se a:

I - prestar todos os esclarecimentos acerca da situação econômica do(s) devedor(es), inclusive os critérios para definição de sua capacidade de pagamento e do grau de recuperabilidade de seus débitos, bem como as demais circunstâncias relativas à sua condição perante a dívida ativa da União;

II - presumir a boa-fé do(s) devedor(es) em relação às declarações prestadas no momento da celebração do acordo de transação proposto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

- III - notificar o(s) devedor(es) sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;
- IV - tornar pública a transação firmada, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

DOS MEIOS PARA EXTINÇÃO DOS CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

CLÁUSULA 8ª. As inscrições indicadas no ANEXO I serão objeto do presente acordo de transação individual, o qual contemplará a seguinte proposta para extinção dos créditos inscritos em dívida ativa da União:

- I - descontos de 100% das multas, juros e encargos, **limitado a 50% do valor total dos créditos a serem transacionados**;
- II – pagamento de entrada no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- III – parcelamento do restante referente aos débitos não previdenciários, em 84 parcelas, na seguinte proporção: 4% do saldo devedor no 1º ano; 8% do saldo devedor no 2º ano; 12% do saldo devedor no 3º ano; 16% do saldo devedor no 4º ano; 20% do saldo devedor no 5º ano; 20% do saldo devedor no 6º ano e 20% do saldo devedor no 7º ano
- IV – parcelamento do restante referente aos débitos previdenciários, em 60 parcelas, na seguinte proporção: 8% do saldo devedor no 1º ano; 12% do saldo devedor no 2º ano; 16% do saldo devedor no 3º ano; 20% do saldo devedor no 4º ano e 44% do saldo devedor no 5º ano;
- V - utilização de créditos de terceiro (empresa Damapel Indústria Comércio e Distribuição de Papéis Ltda, CNPJ nº 02.969.683/0001-15), mencionados no ANEXO II, para amortização do saldo devedor transacionado;
- VI – utilização dos valores bloqueados na Execução Fiscal nº [REDACTED] para redução do saldo devedor, após pagamento da entrada;

CLÁUSULA 9ª. Os créditos mencionados no inciso V supra serão utilizados, à medida em que forem recolhidos, para quitação das parcelas subsequentes, sem antecipação das demais, preservando as datas de vencimentos das prestações.

CLÁUSULA 10. Enquanto não firmado o termo de transação individual, a proposta de transação não suspende a exigibilidade dos créditos nela abrangidos nem o andamento das respectivas execuções fiscais.

CLÁUSULA 11. O acordo de transação, uma vez firmado, suspende a exigibilidade dos créditos transacionados enquanto perdurar o acordo.

CLÁUSULA 12. A formalização do acordo de transação constitui ato inequívoco de reconhecimento, pelo proponente, dos débitos transacionados.

CLÁUSULA 13. Os débitos objeto da transação individual somente serão extintos quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no acordo.

CLÁUSULA 14. As inscrições objeto da transação individual serão consolidadas na data da formalização do acordo.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

CLÁUSULA 15. No caso do parcelamento do débito, o valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

DOS PROCESSOS JUDICIAIS

CLÁUSULA 16. O(s) devedor(es) expressamente desiste(m) das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados no ANEXO I e renunciam a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil;

PARÁGRAFO ÚNICO. A desistência e a renúncia de que trata o *caput* não exime(m) o(s) devedor(es) do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.

CLÁUSULA 17. Caberá ao(s) devedor(es) peticionar nos processos judiciais de que cuida esse ato, noticiando aos juízos a celebração do acordo de transação individual.

DAS GARANTIAS

CLÁUSULA 18. O(s) devedor(es) mantém as garantias associadas aos débitos e oferecem, com a finalidade de garantir a dívida contemplada na transação individual, os créditos de terceiro listados no ANEXO II deste documento.

CLÁUSULA 19. Incidindo o(s) devedor(es) em alguma das hipóteses de rescisão do acordo de transação, poderá a União promover a retomada do curso da cobrança dos créditos, com execução das garantias prestadas e prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais

CLÁUSULA 20. Ocorrendo perecimento, depreciação ou deterioração que cause redução significativa do valor de qualquer bem oferecido em garantia, compromete(m)-se o(s) devedor(es) a substituir ou reforçar a garantia com outros bens, a critério da PGFN, no prazo de 30 (trinta) dias da notificação, sob pena de rescisão do acordo de transação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Considera-se redução significativa a que retirar mais de 30% do valor do bem oferecido em garantia.

DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO DA TRANSAÇÃO

CLÁUSULA 21. Implicará rescisão da transação, com a exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados:



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

- I - o não pagamento integral da entrada;
- II - a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas;
- III - a ausência de regularização do parcelamento ora em vigor, após eventual glosa do PF ou BCN, pela Receita Federal;
- IV - a não utilização da totalidade dos créditos recebidos pelo terceiro (empresa Damapel), informados no ANEXO II, para amortização das parcelas do presente ajuste.
- V - a comprovação de que o devedor se utiliza de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;
- VI - a comprovação de que o devedor incorreu em fraude à execução, nos termos do art. 185 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita;
- VII - a decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente;
- VIII - o descumprimento das obrigações com o FGTS;
- IX - o descumprimento de quaisquer das condições, das cláusulas, das obrigações ou dos compromissos assumidos no presente termo de transação individual;

PARÁGRAFO ÚNICO. A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores pagos, bem como autorizará a retomada do curso da cobrança dos créditos, com execução das garantias prestadas e prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

CLÁUSULA 22. O(s) devedor(es) será(ão) notificado(s) sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da transação, por meio eletrônico, através do endereço eletrônico cadastrado da plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

CLÁUSULA 23. O(s) devedor(es) poderá(ão), no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a transação em todos os seus termos durante esse período.

§1º. A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

§2º. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cabendo ao(s) devedor(es) acompanhar a respectiva tramitação.

§3º. A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da Unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

§4º. O(s) devedor(es) será(ão) notificado(s) da decisão por meio da plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, sendo-lhe(s) facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

§5º. O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

§6º. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior.

§7º. A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida Ativa nas unidades Regionais, o Procurador-Chefe ou o Procurador-Seccional da unidade descentralizada, desde que estes não sejam os responsáveis pela decisão recorrida, hipóteses em que o recurso deverá ser submetido à respectiva autoridade imediatamente superior.

§8º. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pelo(s) devedor(es), de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.

CLÁUSULA 24. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da transação, o devedor deverá cumprir todas as exigências do acordo.

CLÁUSULA 25. Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da transação.

CLÁUSULA 26. Julgado improcedente o recurso, a transação será definitivamente rescindida.

DA CERTIDÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 205/206 CTN

CLÁUSULA 27. As inscrições incluídas no acordo de transação individual não constituirão impedimento à emissão de certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa em favor do(s) devedor(es), desde que considerados cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

CLÁUSULA 28. O cancelamento da certidão de regularidade fiscal poderá ocorrer nos casos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014 e Portaria PGFN nº 486/2011 e/ou nas hipóteses de descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas estipuladas no termo de transação individual.

§1º. O cancelamento da certidão poderá ser efetuado, mediante ato a ser publicado no Diário Oficial da União (DOU), nos termos do art. 15, parágrafo único, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014.

§2º. No caso de rescisão da transação, o cancelamento da certidão poderá ser efetuado independentemente de publicação no DOU, devendo a unidade responsável encaminhar despacho de cancelamento, devidamente instruído, ao setor responsável.

DISPOSIÇÕES FINAIS



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

CLÁUSULA 29. O presente termo de transação individual não pode implicar na redução do montante principal do crédito inscrito em dívida ativa da União.

CLÁUSULA 30. É vedada a transação que envolva as multas previstas no § 1º do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e no § 6º do art. 80 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e as de natureza penal, assim como os créditos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, os créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e os créditos não inscritos em dívida ativa da União.

Firmam as partes o presente termo para que produza os efeitos desejados.

Araçatuba, 16 de julho de 2021.

ELIANA DALTOZO SANCHES
NASCIMENTO: [REDACTED]

Assinado de forma digital por
ELIANA DALTOZO SANCHES
[REDACTED]

30 -03'00'

Eliana Daltozo Sanches Nascimento
Procuradora da Fazenda Nacional

LUIS FILIPE JUNQUEIRA FRANCO: [REDACTED] Assinado de forma digital por LUIS FILIPE JUNQUEIRA [REDACTED] Dados: 2021.07.27 17:22:36 -03'00'

Luís Filipe Junqueira Franco
Procurador-Seccional da Fazenda
Nacional

WEIDER TAVARES: Assinado de forma digital por
PEREIRA: [REDACTED]

Weider Tavares Pereira
Procurador-Chefe da Dívida Ativa –
PRFN 3.ª Região

MARCELO ANTONIO
NACARATO
BONACCORSO DE
DOMENICO:0

Assinado eletronicamente por MARCELO CARVALHO MACARATO
BOHACORRADO DE DOMENICO
Circ. C-Br, OAB-PB e CPF A2. OUI=EMBRANCO.
OUI=Autenticado por AG Certibrasil. CHAMARFALO ANTONIO
MACARATO BOHACORRADO DE DOMENICO
E-mail: [redacted] autor deste documento
Assinatura: [redacted]
Data: 2021-07-29 15:51:45
Sua: 2021-07-29 16:00

GAP - GUARARAPES ARTEFATOS DE
PAPEL EIREL

Neste ato representada por
Marcelo Antonio Nacarato
Bonaccorso de Domenico

MICHELA DE MORAES
HESPANHOL SOFFNER

Assinado de forma digital por
MICHELA DE MORAES HESPANHOL
SOFFNER
Dados: 2021.07.16 16:20:30 -03'00'

DAMAPEL INDÚSTRIA COMÉRCIO E
DISTRIBUIÇÃO DE PAPÉIS LTDA

Neste ato representada por
Michela de Moraes Hespanhol
Soffner

**GUSTAVO
RUEDA
TOZZI**
Gustavo Rueda Tozzi
Abogado O.A.

Assinado de forma
digital por GUSTAVO
RUEDA TOZZI

Gustavo Rueda To... Dados: 2021.07.16
 Advogado OAB/ SP 251.596
 36-20-03'00'